

Exame da produção teórica na área da educação infantil entre 1983 e 1993

Giandréa Reuss Strenzel*
João Josué da Silva Filho**

Resumo: Este artigo traz um conjunto de reflexões sobre a Educação Infantil a partir de um levantamento do material publicado em sete periódicos encontrados na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação. Elaborou-se um banco de dados com o material coletado, que foi organizado por nome do autor, ano de publicação, assunto, faixa etária, etc. tendo sido coberto o período 1983 a 1993 (inclusive). Além de se poder traçar um “perfil” dos aspectos mais visitados pelos autores que publicaram nos periódicos examinados, pôde-se também fazer uma análise de certas questões cruciais para a educação infantil como, por exemplo, a baixa produção encontrada entre o material selecionado no que diz respeito à educação de crianças entre 0 e três anos de idade.

Abstract: This article offers a set of reflections about Childhood Education based on a review of material published in seven periodicals found in the Sectoral Library of the Center for Educational Sciences. A data base was prepared where the material collected was organized by author, year of publication, subject, age group, etc. for the period from 1983 to 1993 (inclusive). In addition to tracing a “profile” of the most common subjects dealt with by the authors that published in the periodicals studied, an analysis of certain questions that are crucial to childhood education could also be conducted, such as, the limited quantity of material produced about education of children from 0 to 3 years of age.

Unitermos: educação de 0 a 3 anos, pesquisa na área da educação de 0 a 3 anos.

* Professora do Núcleo do Desenvolvimento Infantil – NDI/CED/UFSC e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação de 0 a 6 anos – NEE 0 A 6.

** Professor do Centro de Ciências da Educação da UFSC e integrante do 0 a 6.

O trabalho com a Educa o Infantil tem sido diferenciado ao longo da história, determinado que   pelas mudanças sociais e econ micas. Da creche como um mal necessário, onde as mães pudessem deixar seus filhos enquanto estivessem engajadas no mercado de trabalho, até hoje, já existiram diversas propostas para esta institui o, inclusive aquela defendida pelos médicos puericultores que, em um determinado momento, pressionados pelas altas taxas de mortalidade infantil, a idealizaram como um local onde as crianças pudessem ter boa alimenta o, higiene e cuidados físicos.

Embora estas propostas admitam, em muitos casos, a existência de especificidades no trabalho realizado com crianças de 0 a 6 anos, a maioria acaba sucumbindo a uma visão redutora da Educa o Infantil que v , por exemplo, a faixa etária de 0 a 3 anos como um espaço da assistência e da compensa o de carências, e a faixa etária de 4 a 6 anos meramente como prepara o para o ensino de 1  grau.

Com as mudanças sociais decorrentes dos ajustes no modo de produ o capitalista, a institui o de educa o infantil foi se tornando mais e mais uma alternativa para muitas pessoas que necessitavam deste tipo de atendimento para enfrentar o mercado de trabalho. A creche vai se consolidando, então, como uma nova exigência social. Não apenas se amplia a procura por parte dos trabalhadores da zona urbana, como também vai se constituindo uma nova área de estudos, alvo de interesse de teóricos e pesquisadores que passam a analisar alternativas de atendimento, forma o profissional, políticas, recursos e outras questões pertinentes   educa o da criança de 0 a 6 anos.

Não obstante o crescimento do interesse por esta modalidade de trabalho, cabe ressaltar que a faixa etária de 4 a 6 anos, mais próxima do 1  grau (hoje ensino fundamental), acaba concentrando o maior interesse dos pesquisadores. A faixa etária de 0 a 3 anos ainda   carente, tanto no aspecto de quantidade de equipamentos para o atendimento, como no aspecto da existência de literatura especializada, de pesquisas na área e de forma o profissional.   deste ponto que se partiu para a realiza o de uma pesquisa sobre a produ o teórica relacionada   educa o da criança de 0 a 3 anos.

Tais preocupa es com as orienta es teóricas ficaram ainda mais contundentes quando a prof  Giandr ea assumiu, em 1994, um grupo de crianças na faixa etária de 1 a 2 anos, no Núcleo de Desenvolvimento

Infantil – NDI/CED/UFSC¹. Ao se deparar com tal faixa etária, com a qual ainda não tinha tido a oportunidade de trabalhar, suas primeiras perguntas foram sobre como havia sido o atendimento a crianças tão pequenas, e ainda, sobre quais tinham sido as propostas de trabalho para estas crianças. A busca de referências bibliográficas sobre estas duas questões tinha o objetivo de melhor entender algo com o que, de alguma maneira, ela já havia se debatido no Curso de Pedagogia, habilitação Pré-Escolar, da UFSC.

Neste mesmo período as discussões a respeito da instituição de educação infantil (creches e pré-escolas) estavam a todo o vapor no *Núcleo de Estudos da Educação de 0 a 6 anos – NEE0A6*. Fazíamos parte de uma pesquisa que chegava ao seu final e que abria várias áreas a serem investigadas (Rocha & Silva Filho, 1995): as características dos profissionais que atuam nas creches, a formação deles, as finalidades do trabalho com a Educação Infantil, tudo isto e muito mais.

Entre as áreas identificadas como carentes de pesquisas, incluem-se diversas indagações relativas à *educação de 0 a 3 anos*, onde enormes lacunas de conhecimento foram percebidas, principalmente ao nível de formação profissional. Quem são estes profissionais que trabalham com esta faixa etária e que tipo de trabalho vem sendo realizado nas creches? As discussões entre o grupo de pesquisadores do NEE0A6 fizeram perceber que, talvez, uma forma de melhor compreender as questões que nos instigavam seria buscar investigar a produção escrita sobre esta faixa etária.

Inicialmente o projeto se propunha a fazer um amplo levantamento da produção bibliográfica brasileira referente à educação da criança de 0 a 3 anos no período de 1983 a 1993, em todas as bibliotecas do município de Florianópolis, na biblioteca da Fundação Carlos Chagas em São Paulo, na biblioteca da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), também em São Paulo, no Centro Brasileiro de Investigação sobre o Desenvolvimento e Educação Infantil – CINDEDI – da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, por serem estes espaços considerados importantes centros de produção e/ou de circulação do conhecimento na área da Educação Infantil.

Iniciado o levantamento dos dados, logo se percebeu quão extenso e volumoso seria este levantamento, situação inviável para uma pesquisa de iniciação científica, com um prazo de 12 meses para ser concluída e com poucos recursos para ser realizada. Decidiu-se, então, por fazer um

recorte no material a ser levantado, adequando-o às condições objetivas possibilitadas. A escolha recaiu sobre a idéia de pesquisar o material existente na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como forma de preparação para

Tabela 1: Total de artigos encontrados nos volumes pesquisados

NOME DO PERIÓDICO	VOL. COM ART.		TOTAL DE ART.		TOTAL DE VOL.
	N	%	N	%	
Cadernos de Pesquisa	29	52.7	64	47.8	44
Revista Idéias	4	7.3	37	27.6	18
Revista Perspectiva	6	10.9	12	9	18
Cadernos do CED	6	10.9	7	5.2	22
Cadernos CEDES	4	7.3	7	5.2	26
Revista Educação & Sociedade	4	7.3	5	3.7	33
Revista da ANEJ	2	3.6	2	1.5	14
TOTAL	55	100	134	100	175

Fonte: Periódicos consultados para a pesquisa.

investigações mais amplas. Além disto, a Biblioteca Setorial do CED é a maior provedora de suporte bibliográfico para o curso de Pedagogia da UFSC, que vem a ser um dos poucos cursos que oferece a habilitação específica de Magistério Pré-Escolar.

Com base em uma pesquisa semelhante realizada na área da alfabetização (Oswald, 1989), foi examinada a produção escrita na área da Educação Infantil presente em 7 periódicos encontrados na Biblioteca Setorial do CED. Cinco deles foram escolhidos por serem considerados periódicos de expressão nacional na área da educação; os outros dois foram escolhidos por serem editados pelo CED que, conforme já mencionado, é um dos poucos centros de formação com a especificidade de pré-escolar a nível de 3º grau. Foram selecionados:

- **Cadernos de Pesquisa**, da Fundação Carlos Chagas;
- **Revista da ANDE**, Associação Nacional de Educação
- **Revista Idéias**, da Fundação para o Desenvolvimento em Educação (FDE);
- **Cadernos CEDES**, do Centro de Estudos Educação e Sociedade.
- **Revista Educação & Sociedade**. Idem
- **Revista Perspectiva**, do CED/UFSC;
- **Cadernos do CED**, da UFSC;

Conforme se pode constatar na tabela 1, os **Cadernos de Pesquisa** da Fundação Carlos Chagas destacam-se entre os sete periódicos, como aquele que concentra o maior número de publicações nesses 11 anos pesquisados. Em 44 volumes publicados naquele período, foram encontrados 29 volumes (52,7%) com artigos sobre o tema pesquisado. Foram 64 artigos – 47,8% em um total de 134. Foi o único periódico examinado que teve material publicado em todos os anos pesquisados (veja na tabela).

Seguindo os **Cadernos de Pesquisa**, a **Revista Idéias** tem um volume significativo de produções publicadas. São 37 artigos, 27,6%, visto que só começou a circular a partir de 1988, sem periodicidade e tem somente 4 volumes do periódico (7,3%), do total de 18 destinados inteiramente à educação infantil.

A **Revista Perspectiva** editou 18 volumes nos 11 anos pesquisados, sendo que há neles 12 produções publicadas sobre o tema em 6 volumes do periódico (10,9%). Já os **Cadernos do CED**, com um total de 22 volumes, possui 7 produções publicadas em 6 volumes do periódico (10,9%). Existe, nestes dois periódicos, um volume significativo (14,2%

do total) de publicações, o que em certa medida confirma a hipótese de que a produção do CED nesta área seria considerável.

O **Caderno CEDES** concentra suas produções publicadas no ano de 1984, com 4 artigos publicados num volume exclusivo sobre a pré-escola. Em 1986, 92 e 93, publica um artigo em cada ano, totalizando 7 produções (5,2%), em 4 volumes (7,3%) de um total de 26 volumes. Após 1988 este periódico tem somente duas publicações sobre o tema.

A **Revista Educação & Sociedade** publica, de um total de 33 volumes pesquisados em 11 anos, 4 volumes (7,3%), com 5 artigos (3,7%). Destes, somente 1 artigo se destina especificamente à educação infantil (faixa etária de 0 a 6 anos – tab. 6 e 7). O período de maior concentração de artigos sobre o tema, nesta revista, é o ano de 1987, com 3 publicações (tabela).

Por último, a **Revista da ANDE** é o periódico que menos publicou produções sobre educação infantil ou infância em 11 anos. Foram encontrados, num total de 14 volumes, 2 (3,6%) volumes, cada qual com 1 artigo (1,5%) em 1986 e 1989 (veja na tabela 2).

Após o levantamento dos periódicos, passou-se a fazer o levantamento das produções em cada um deles. Num total de sete periódicos escolhidos para o exame, foram encontrados 134 artigos publicados nos 11 anos destacados pela pesquisa. Em cada periódico analisado, foi feita a catalogação dos dados colhidos nos artigos para a posterior organização do banco de dados junto ao *Núcleo de Estudos da Educação de 0 a 6 anos – NEE0A6*.

O período de 1983 a 1993 (11 anos) foi escolhido por contemplar os anos em torno da Constituição Federal de 1988, considerada um marco para a educação infantil, pois esta passou a ser direito da criança, dever do Estado e opção da família. Pela primeira vez um texto constitucional faz referências aos direitos específicos das crianças definidos na área da educação, conferindo às creches e pré-escolas um caráter educacional. Esta colocação foi um grande passo dirigido à superação do caráter meramente assistencialista, da educação infantil, presente ainda nos dias de hoje.

Na tabela 2 podemos observar o número de artigos publicados nos periódicos examinados e os anos correspondentes. Uma das hipóteses do trabalho era de que o ano de 1988 seria um marco na produção teórica da educação infantil, pelo fato da promulgação da Constituição Federal. As

Tabela 2: Nº de artigos/ano nos periódicos examinados

NOME DO PERIÓDICO	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	TOTAL
Cadernos de Pesquisa	1	12	8	14	7	4	1	1	4	5	7	64
Revista Idéias						12				25		36
Revista Perspectiva		3	1		2			1	3	2		12
Cadernos do CED		2	1		1	1	1	1				7
Cadernos CEDES		4		1						1	1	7
Revista Educação & Sociedade					3			1		1		5
Revista da ANDE				1			1					2
TOTAL	1	21	10	16	13	17	3	4	7	34	8	134
% do total de 134 art.	0.7	15.6	7.4	17	9.7	12.6	2.2	3	5.5	25.3	6	100

Fonte: Periódicos consultados para a pesquisa.

produções seriam aceleradas a partir daí, havendo um crescimento acentuado a cada ano, motivado, principalmente, pelo reconhecimento da importância em se aprofundar os estudos na área.

Esta hipótese não foi confirmada. Pelo menos é o que se pode constatar no recorte feito para a pesquisa. Na tabela 3, podemos observar que: a partir de 1988 as produções publicadas decrescem em 1989 com 3 artigos (2,2% do total) e crescem um pouco em 1990 com 4 artigos (3% do total) e, em 1991 com 7 artigos (5,5% do total.). Em 1992 há um aumento significativo nas publicações, 34 artigos (25,3% do total), devidos à Revista *Idéias*, uma publicação da FDE. E em 1993 torna a cair com 8 publicações, 6% do total. Antes de 1988 (entre 1983 a 1987, inclusive), há uma ligeira vantagem no número de produ-

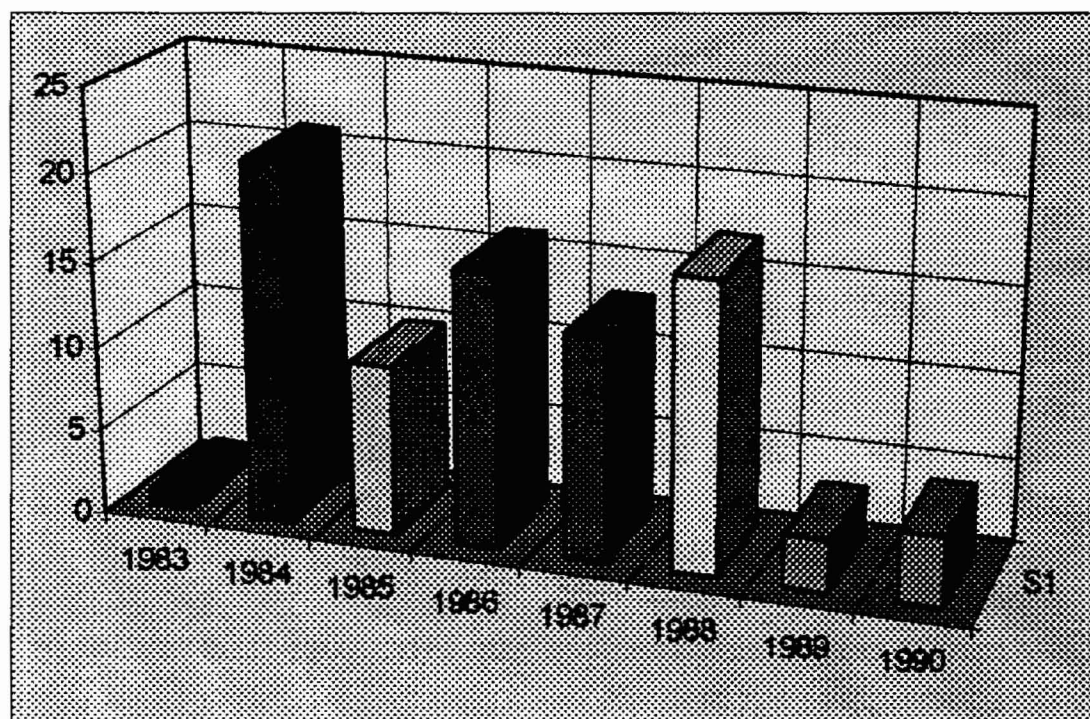
Tabela 3: Total de publicações por ano

Ano	N. Art.	%
1983	1	0.7
1984	21	15.6
1985	10	7.4
1986	16	12
1987	13	9.7
1988	17	12.6
1989	3	2.2
1990	4	3
1991	7	5.5
1992	34	25.3
1993	8	6
11 Anos	134	100

Fonte: Periódicos consultados para a pesquisa.

ções publicadas, cerca de 45,4% do total. Já no período de 1989 a 1993 (inclusive), cerca de 42%. Portanto, uma diferença de apenas 3,4%. (veja na tabela 4).

Gráfico 1: Total de publicações por ano



Fonte: Periódicos consultados para a pesquisa.

Tabela 4: Distribuição dos artigos em torno de 1988

Entre 1983 e 1987		Total em 1988		Entre 1989 e 1993	
N. de Art.	%	N. DE ART.	%	N. DE ART.	%
61	45,4	17	12,6	56	42

Fonte: Periódicos consultados para a pesquisa.

Na análise dos artigos pode-se observar que grande parte das publicações referem-se ao movimento de luta por creches, pelos direitos da criança ao acesso à educação infantil, a análises dos teóricos sobre a constituinte da época e a educação das crianças pequenas. Apesar de afirmarmos que 1988 foi um marco na conquista do direito da criança à

educação infantil, o que pudemos perceber pelos dados da produção escrita é que a quantidade de artigos publicados oscila no período ao sabor de fatores que precisam ser melhor examinados .

A catalogação e a montagem do banco de dados obedeceram aos critérios propostos nos catálogos de documentação de dados da FDE – CEDUC (Série Apoio: nº 7, 1993). Em cada artigo analisado, foi feita uma súmula contendo: sobrenome e nome do autor; título do artigo; título do periódico; local da publicação; número e volume do periódico; paginação; mês e ano da publicação; notas do artigo; resumo; assuntos; faixa etária e categoria correspondente. O campo categoria foi aberto porque os catálogos da FDE possuem uma categorização para suas obras que foram divididas em:

Teoria e prática, onde se encontram produções referentes à fundamentação teórica; investigações científicas sobre aprendizagem; alternativas metodológicas; processo de alfabetização; papel do jogo; relatos de experiências.

Contexto escolar, onde se encontram produções referentes à formação de educadores; alternativas de organização para creches e pré escolas; saúde da criança; equipamentos e construção; conquistas metodológicas.

Propostas curriculares, onde se encontram produções referentes a princípios norteadores para a elaboração de programas de educação infantil; orientações quanto à organização de conteúdos por áreas do conhecimento; seleção/elaboração de materiais didáticos.

Política da educação infantil, onde se encontram produções referentes à legislação, decisões no âmbito de ministérios, secretarias, organismos internacionais; análise crítica dessas diretrizes, questionando a concepção de criança e o papel da pré-escola; análises estatísticas.

Ao final do levantamento e catalogação dos dados, estes foram analisados e agrupados, seguindo as categorias propostas pela FDE. Nesta categorização, percebeu-se que muitos assuntos se misturavam nas quatro categorias, sendo necessária uma leitura muito atenta do artigo, para se perceber qual o assunto mais abordado e em que categoria melhor se encaixava. Na análise dos dados, destacamos o número de artigos escritos em cada periódico, os autores mais citados, a especificidade da qual os artigos tratavam (infância, educação de 0 a 6 anos, educação de 0 a 3 anos, educação de 4 a 6 anos).

Tabela 5: Número de periódicos examinados por categoria

NOME DO PERÍODICO	PROPOSTA		CONTEXTO		POLÍTICA		TEORIA		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Cadernos de Pesquisa	1	33	3	45,5	24	60	34	42,5	64	47,8
Revista Idéias	2	66	3	27,3	6	15	26	32,5	37	27,6
Revista Perspectiva					2	5	10	12,5	12	9
Cadernos do CED			2	18,2			5	6,25	7	5,2
Cadernos CEDES			1	9	3	7,5	3	3,75	7	5,2
Revista Educação & Sociedade					3	7,5	2	2,5	5	3,7
Revista da ANE					2	5			2	1,5
TOTAL	3	100	11	100	40	100	80	100	134	100
PORCENTAGEM TOTAL	2,2		8,2		29,9		57,7		100	

Fonte: Periódicos consultados para a pesquisa.

Na tabela 5, podemos observar o número de artigos publicados em cada periódico, bem como o número de artigos de cada categoria e o seu valor percentual.

A categoria que mais concentra a produção é **Teoria e Prática**, com 80 artigos (59,7%) do total de 134, os quais se referem a: fundamentação teórica; papel do jogo; processo de alfabetização; alternativas metodológicas; investigações científicas; relatos de experiências.

A segunda categoria, **Política da Educação Infantil**, concentra um total de 40 artigos (30%) do total de 134. Estas produções se referem a: legislações; decisões no âmbito dos ministérios, secretarias, organismos internacionais; análise crítica dessas diretrizes; questionamentos acerca de concepções de criança e o papel da educação infantil; análises estatísticas.

A terceira categoria, **Contexto Escolar**, concentra um total de 11 artigos (8,2%), do total de 134. Estas produções se referem a: formação de educadores; alternativas de organização para creches e pré escolas; saúde da criança; equipamentos e construção; conquistas tecnológicas.

A quarta e última categoria, **Propostas Curriculares**, tem um total de 3 artigos, o que corresponde a 2,2% do total de 134 artigos. As produções se referem a: princípios norteadores para elaboração de programas de educação infantil; orientações quanto à organização de conteúdos para as áreas do conhecimento; seleção/elaboração de materiais didáticos.

Em relação à categorização usada para o enquadramento das obras, é importante alertar para a necessidade de uma revisão e estudo das categorias nas quais os trabalhos foram enquadrados. Foi possível constatar o quanto as categorias utilizadas são “datadas” e representam diferentes concepções. O trabalho realizado permitiu que fossem conhecidas as concepções daquele momento e identificou a necessidade de revisá-las para que acompanhem novas abordagens e estabeleçam novos enquadramentos. A seleção dos assuntos talvez se coloque como principal indicador para estabelecer qualquer categorização, sem que seja necessário enquadramentos apriorísticos. Por outro lado, a própria ambigüidade dos termos utilizados dificultou a categorização e mostra a necessidade de uma definição clara das categorias a serem definidas em próximos trabalhos.

Ainda durante o levantamento dos dados, foram considerados para posterior exame todos os artigos referentes à faixa etária de 0 a 6 anos e também aqueles que se referiam à infância, além dos específicos da

faixa etária de 0 a 3 anos. As publicações relacionadas à infância foram selecionadas, pois desta forma percebeu-se que estariam sendo incluídos diversos artigos que tratavam da educação infantil, embora não explicitassem a faixa etária. O motivo de abrir esse leque, expandindo o levantamento daquelas produções que se referiam ao ciclo completo da

Gráfico 2

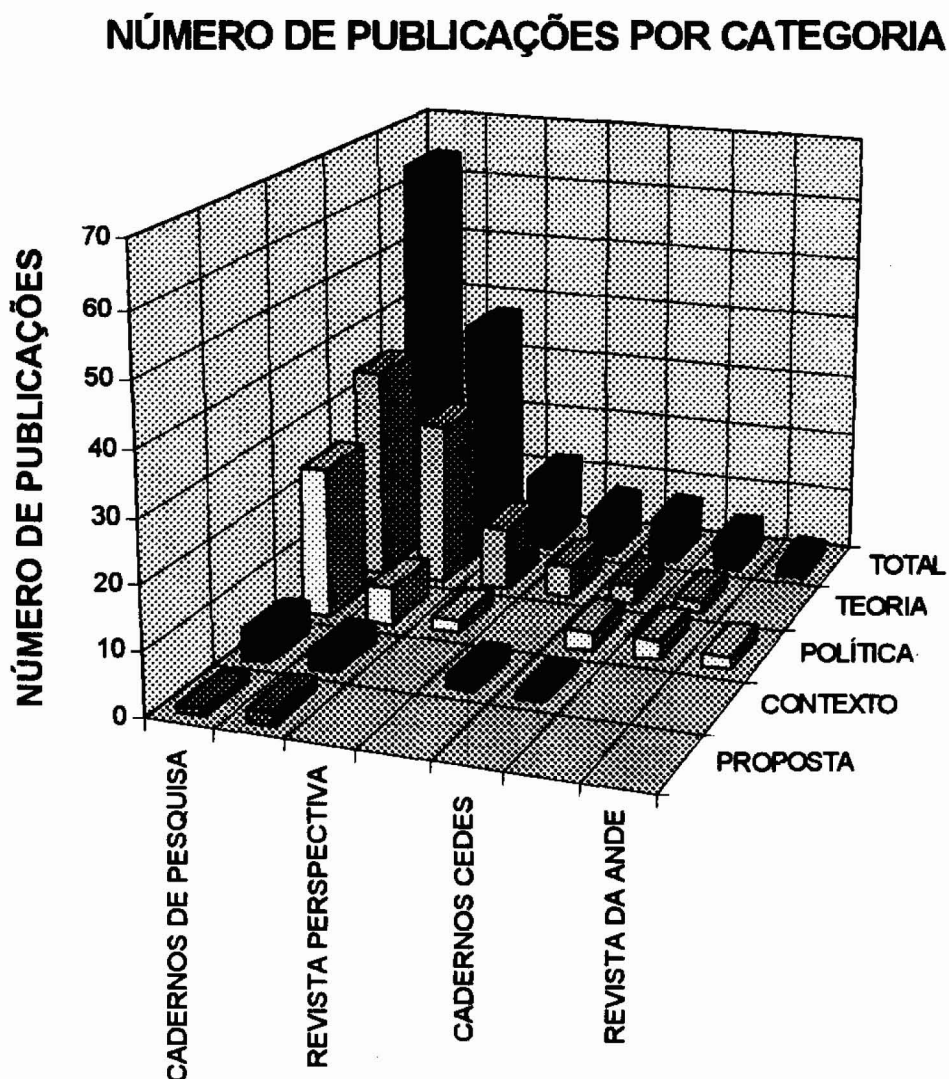


Tabela 6: Total de publicações por categoria e faixa etária.

CATEGORIA	Infância		0 a 6		0 a 3		4 a 6		7 a 9		10 a 13		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Técnic	34	83	25	42,3	2	6,7	15	62,5	1	100	2	50	80	99,7
Contexto	2	49	7	15,2			1	42			1	25	11	8,2
Política	5	12,1	26	44			7	29,1			1	25	40	30
Proposta			1	1,7	1	33	1	42					3	2,2
TOTAL	41	100	59	100	3	100	24	100	1	100	4	100	134	100

Fonte: Periódicos consultados para a pesquisa.

educação infantil (0 a 6 anos), foi que, já no levantamento preliminar do dados, foram encontrados somente três artigos especificamente relacionados à faixa etária de 0 a 3 anos.

Na tabela 6, podemos observar a distribuição geral das categorias por faixa etária. A faixa etária que concentra maior número de publicações é a que especifica tratar-se genericamente de 0 a 6 anos, com 44% de artigos publicados. E a que apresenta menor número de publicações é a que especifica a faixa de 0 a 3 anos, com apenas 2,2% de artigos.

Fazendo um paralelo entre o número de publicações que especificam as faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, podemos observar uma grande diferença no número de artigos publicados. São 24 artigos (18%) em uma delas (4 a 6) e somente 3 (2,2%) na outra. Tenho clareza de que a faixa etária que vai dos 4 aos 6 anos ainda é considerada pela grande maioria das pessoas, ligadas ou não à educação, como a de maior importância para estudos. Estando mais próxima ao período considerado mais propício para o início do processo de alfabetização, essa faixa etária parece atrair mais as atenções dos pesquisadores. Outro fator que parece também reforçador desta tendência são as classificações já historicamente colocadas a respeito de como enfrentar os problemas com a atenção devida à infância (teorias da privação cultural, da educação compensatória, do período preparatório, etc.). Isto não significa, contudo, que a faixa etária de 0 a 3 anos não possua história, ou que não esteja ligada também a estereótipos como os do assistencialismo, ou seja, à proposta de apenas cuidar das crianças enquanto os pais trabalham fora².

No decorrer do trabalho, o pequeno número de publicações que tratavam especificamente da faixa etária de 0 a 3 anos indicou a necessidade de expandir o levantamento daquelas produções que se referiam ao ciclo completo da educação infantil (0 a 6 anos). A análise dos resumos mostrou que muitos trabalhos se referiam à história do atendimento, o que acaba incluindo a faixa etária de 0 a 3 anos. De toda forma, a constatação é que existem muito poucas publicações específicas sobre a creche na faixa etária de 0 a 3 anos. Isto não significa, porém, que não haja outras publicações sobre a creche em outros periódicos não examinados, mas já indica uma forte tendência para uma pequena produção.

Sobre a questão de nomenclatura, se as publicações analisadas se referiam a instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos em creches

ou a pré-escolas, foram considerados somente aqueles artigos que possuíam em seus títulos as palavras creche, pré-escola e educação infantil. Com o levantamento do material, percebeu-se que, ao contrário do previsto, foram encontrados 20 artigos que continham em seus títulos a palavra pré-escola (sendo 10 artigos até 1988 e 10 depois de 1988); 11 artigos com a palavra creche (sendo 7 até o ano de 1988 e 4 após esta data); e 2 artigos com a palavra educação infantil (sendo 1 antes e 1 após 1988). Portanto, a instituição que atende crianças na faixa etária de 0 a 6 anos é chamada, pela maioria dos autores, de pré-escola.

Isto se deve ao fato de não haver, antes da Constituição de 1988, qualquer definição genérica ou legal quanto às instituições de 0 a 6 anos. A distinção entre creche e pré-escola até então se dava, principalmente, pelo regime de atendimento (integral ou parcial) e pelo caráter de seus objetivos (preparatória ou vinculada à assistência). Esta separação acentuava o caráter discriminatório da creche, em relação à pré-escola, que por funcionar em meio período e com finalidades tidas como mais educativas, volta-se para crianças das classes mais favorecidas, economicamente falando. Apenas com o advento da Constituição e do movimento que a antecedeu, é que foram definidos critérios de faixa etária para distinguir os serviços que passam, a partir daí, a se organizar de diferentes formas, separando ou agrupando crianças de 0 a 3 anos (creche) e de 4 a 6 anos (pré-escola), em regimes parciais ou integrais, em instituições de educação infantil.

A análise das tabelas por categorias e faixas etárias nos permite destacar as problemáticas mais citadas, que são: desenvolvimento infantil, papel do jogo no desenvolvimento infantil, processo de alfabetização, relatos de experiências, política de atendimento, papel social da pré-escola, história do atendimento, relação escola– classe social, fracasso escolar, matemática, saúde, alimentação, formação de professores, papel do diretor, divisão do trabalho, hierarquia. São assuntos que, acreditamos, estimulam o desenvolvimento de novas pesquisas.

Cabe salientar que, entre estas problemáticas mais trabalhadas nos artigos, a história do atendimento da educação infantil e as políticas de atendimento à infância concentram 40,2% dos artigos publicados, os quais muitas vezes lidam com estes dois temas de forma interligada. Isto parece representar uma necessidade de reforço em um período histórico, no qual a educação de 0 a 6 anos ainda não era vista como um direito da criança.

Se nos reportarmos aos trabalhos específicos sobre estas temáticas, principalmente àqueles publicados nos **Cadernos de Pesquisa**, poderemos perceber que houve uma grande luta pela conquista do direito da criança ao atendimento em instituições de educação infantil.

Dada a importância desta luta pela conquista do direito ao atendimento infantil com qualidade, vale a pena nos debruçarmos um pouco mais sobre sua história, inclusive devido às ligações que tem com a modificação do papel da mulher em nossa sociedade e sua repercussão na família, no que diz respeito ao cuidado e educação dos filhos em um momento em que a mulher sai de casa para o mercado de trabalho necessitando de um lugar para deixá-los.

Para esta aproximação, tomamos como referência as diferentes etapas pelas quais a educação infantil passou, dividindo-a em quatro grandes períodos, correspondentes às funções da pré-escola, segundo a proposta de KRAMER (1991): antes de 1945; de 1945 à década de 70; década de 80; da Constituição Federal até os dias de hoje.

Antes de 1945, nascem diferentes instituições com caráter de guarda. A preocupação era com a alimentação, com a higiene e com a segurança física das crianças. O atendimento aos estratos mais pobres da população envolveu o trabalho das *criadeiras*, amas de leite ou mães mercenárias, com precárias condições de higiene. O trabalho voluntariado, realizado por mulheres da classe social mais abastada, fazendo o aconselhamento às mães sobre o cuidado com os filhos e a família, foi uma outra forma de atendimento, estendendo seu papel para fora do lar. O principal argumento em defesa da creche era colocado pelos sanitaristas que se manifestavam preocupados com as condições de vida da população operária. Neste mesmo período, a instituição *roda dos enjeitados* recolhia filhos de uniões ilegítimas, acentuando o lado negativo do atendimento fora da família.

Também neste período são criados os parques infantis para filhos de operários e os primeiros jardins de infância para filhos das camadas privilegiadas, desenvolvendo uma programação pedagógica, baseada nos postulados de Pestalozzi, Decroly, Froebel e Montessori.

No período que vai de 1945 até os anos 70, o discurso médico volta a propor medidas de saúde junto à população de baixa renda e cresce o número de grupos sociais preocupados com a marginalização cultural. Para estes, o objetivo da educação é compensar carências bio-

psico-sociais apresentadas no desenvolvimento da criança de forma a prepará-la para que não fracasse nas etapas escolares posteriores. A pré-escola é proclamada como solução para os problemas do 1º grau e as propostas de trabalho elaboradas ficam centradas no treino de habilidades, exercícios mecânicos, desenvolvimento de hábitos e atitudes.

O atendimento em creches continua a ser assistencialista com programas voltados para a estimulação precoce e também pelo critério de seleção (renda familiar), que contribui para “confirmar” a creche com função de guarda e assistência às crianças pobres. Enquanto isso, através de movimentos como o *Movimento de Luta por Creches* ocorrido em São Paulo, a população de baixa renda reivindica uma rede de creches que tenha a participação da comunidade.

Enquanto o poder público incentiva iniciativas do tipo creches domiciliares para o atendimento à criança pequena, aumenta o número de creches, berçários e pré-escolas mantidas por entidades particulares para crianças da classe média. Tais entidades defendem estas instituições como educativas e voltadas para aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança. A ênfase ainda recai sobre o modelo europeu do pós-guerra (Decroly, Froebel, Montessori). O modelo é aquele segundo o qual se acredita que a criança se desenvolve naturalmente, como uma sementinha, e que a profissional, considerada a “jardineira,” cuida para que desabrochem flores e frutos belos e saudáveis.

A década de 80 vê aumentar o trabalho das mães crecheiras (creches domiciliares), recurso bastante incentivado pelos órgãos governamentais como uma forma de manutenção da criança dentro do espaço familiar, justificando, também, a não construção de novos equipamentos (prédios, instalações, mobiliário, etc.) de alto custo. A ênfase ainda recai sobre o assistencialismo nas camadas mais pobres da população.

Por outro lado, é estabelecido, pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Pré-escolas, que propõe como meta o desenvolvimento harmônico e global das crianças. A organização das atividades propostas pelo Programa refletem uma falta de unidade metodológica, sugerindo listagens de atividades um tanto descontextualizadas do grupo de crianças (atividade pela atividade), com práticas baseadas em datas comemorativas e dando ênfase, principalmente, ao aspecto cognitivo do desenvolvimento infantil.

Na esteira dos movimentos pelo resgate da dívida social que acompanharam o processo da Constituição de 1988, a criança passa a ser vista

mais a partir de sua inserção, com os modelos tendendo a considerar o conhecimento como construído por ela no interior da qual faz parte. A instituição de educação infantil se afirma mais como uma função pedagógica, “tomando a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida, ampliando-os através de atividades que tenham significado concreto para a vida das crianças e que assegurem a aquisição de conhecimentos (Kramer, 1991:30).

A partir das conquistas obtidas na Constituição Federal na área da educação infantil (art. 208, inciso IV) e de uma nova Proposta de Política de Educação Infantil elaborada pela COEDI/MEC, é que passa a haver um novo delineamento do que seja um profissional que trabalhe com crianças dessa faixa etária, desempenhando as funções básicas de educar e cuidar de crianças até 7 anos, de modo complementar e integrado à família (Brasil, 1993:15-17), crianças estas que se diferenciam exclusivamente pela faixa etária em que se situam.

No curso desta história que vai de um atendimento voluntário com poucas exigências em termos de formação, até uma reivindicação por um trabalho de qualidade com exigência cada vez maior de conhecimentos específicos sobre a infância e sobre as formas de trabalhar com ela, reforça-se a preocupação com a formação destes profissionais agora encarregados dessa tarefa. A questão da profissionalização e da formação necessária, tanto a prévia como a continuada em serviço, passa a ser um dos principais temas de discussão dos, também recentes, pesquisadores ligados à área. Um congresso que, em 1994, reúne pesquisadores em Belo Horizonte, para tratar destas questões (formação, plano de carreira, salários, condições de trabalho) serve como ilustração.

Nesse congresso foram delineadas algumas propostas de formação em nível de 2º grau e em cursos supletivos para solucionar o caso daqueles profissionais que já atuam com crianças.

Defendeu-se o ponto de vista segundo o qual a educação infantil deve ser um espaço de ações intencionais e de sistematização do trabalho pedagógico no qual as crianças compartilham um espaço coletivo de relações (físicas, sociais e culturais), estabelecendo uma organização apropriada, voltada para objetivos que se pretendem atingir com interesses políticos, sociais, e culturais. Nossa posição é de que as responsabilidades que passam a se agregar à função deste profissional exigem uma formação mais acurada, “... o professor deve ser um adulto mais experiente

que desenvolve ações cujo objetivo é criar um ambiente de interação construtiva entre todos os componentes envolvidos neste contexto, sejam eles crianças, adultos, objetos, espaço físico e social” (Cerisara, 1993:19). Quer dizer, não basta gostar de crianças. Além disto o profissional precisa também saber qual é o seu papel dentro da instituição de educação infantil, estudar a produção histórica existente sobre as crianças e seu desenvolvimento, conhecer os principais tópicos das teorias que explicam a afetividade, a cognição e todos os fatores que, de uma maneira ou de outra, interferem no desenvolvimento infantil. Precisa ser um observador, relator e analista do seu grupo de crianças. Tudo isto, e mais, ainda continuará sendo insuficiente se o conhecimento básico sobre o mundo, o desenvolvimento infantil e as teorias na qual apoia seu trabalho não forem compartilhadas, refletidas e debatidas com todos os segmentos da instituição na qual trabalha, incluindo aí as famílias das crianças que atende.

Para finalizar, gostaríamos de ressaltar que o exame das produções teóricas foi riquíssimo, tanto no aspecto de descortinar as possibilidades futuras de pesquisa, como no de desafiar reflexões como as que buscamos colocar ao longo deste artigo. Com a ampliação da faixa etária, a análise da pesquisa foi importantíssima, não só para ampliar e aprofundar pontos de vista de quem participou diretamente da pesquisa, mas também para o conjunto de pesquisadores integrantes do NEE0A6. Durante todo o processo, os dados levantados suscitaram discussões e levantamento de questões, num espaço onde tivemos a oportunidade de ouvir e ser ouvidos e de trocar experiências como forma de busca coletiva e de contribuição para uma política e uma prática de qualidade na educação da criança de 0 a 6 anos, em creches e pré escolas.

Notas

1. CED/UFSC : Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.
2. Sobre estas questões, ver Kramer (1991), Rosemberg, (1992), Oliveira (1988).

Referências bibliográficas

- Cadernos CEDES.** São Paulo: Cortez, 1983 a 1993.
- Cadernos do CED.** Centro de Ciências da Educação. UFSC, Florianópolis, 1983 a 1993.
- Cadernos de Pesquisa,** Fundação Carlos Chagas, 1983 a 1993.
- CAMPOS, M.M. et all. Creches e Pré Escolas no Brasil.** São Paulo: Cortez/FCC, 1993.
- Catálogo da Base de Dados. Pré-Escola Série Apoio. N. 1** São Paulo, 1993.
- CERISARA, A.B.** “Educação Infantil: um jogo de quebra cabeça ou quebrando a cabeça ?” *Revista Perspectiva*, Florianópolis (17):11-24, 1992.
- _____. A educação Infantil e as implicações do modelo histórico cultural. **Cadernos CEDES.** Campinas, Papyrus (35): 65-78, 1995.
- HADDAD, L. A Creche em Busca de Identidade.** São Paulo: Loyola, 1993.
- KRAMER, S. A Política do Pré Escolar no Brasil: a Arte do Disfarce.** Achiamé: Rio de Janeiro, 1992.
- _____. *et al.* “O rei está nú: um debate sobre as funções da pré escola. *In: Educação ou Tutela? A Criança de 0 a 6 anos.* São Paulo: Loyola, 1991.
- OLIVEIRA, Z.M.R.** A Creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. *Revista da Faculdade de Educação*, 14 (1): 43-52, jan/jun 1988.
- _____. *et al.* Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo (56) :39-65, fev. 1986.
- _____. (org.). **Educação Infantil: Muitos Olhares.** São Paulo: Cortez, 1994.
- OSWALD, Maria Lúcia Magalhães B. Alfabetização: A Construção Histórico Social da Linguagem.** Rio de Janeiro. PUC. Dissertação de Mestrado, 1989.
- Revista da ANDE.** São Paulo, 1983 a 1993.
- Revista Educação & Sociedade.** São Paulo, 1983 a 1993.
- Revista Idéias.** Fundação para o Desenvolvimento em Educação. São Paulo 1988 a 1993
- Revista Perspectiva.** Centro de Ciências da Educação. UFSC, 1983 a 1993.

- ROCHA, E.A.C. & SILVA FILHO, J.J. **Creches e pré-escolas: um diagnóstico das instituições educativas de 0 a 6 anos em Florianópolis. Relatório de Pesquisa, UFSC:CED:NEE0A6, 1995 (mimeo).**
- ROSEMBERG, F. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil. O caso da creche. **Cadernos de Pesquisa. São Paulo (51): 73-81, fev. 1984.**
- _____. *et al.* **Creches e Pré Escolas. São Paulo: Nobel: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985**
- _____. **Creches Domiciliares: Argumentos ou Falácias. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (56): 73-81, fev. 1986.**
- _____. **A educação pré escolar brasileira durante os governos militares. Cadernos de Pesquisa. São Paulo (82):21-30, ago.1992.**
- _____. **A formação do profissional de educação infantil através de cursos supletivos. Trabalho elaborado para o Encontro Técnico Política de Formação do Profissional de Educação Infantil. Belo Horizonte: abril de 1994.**

Anexos

Periódicos examinados por ano

Anexo I

TÍTULO DA REVISTA	ANOS	JAN/MAR	ABR/JUN	JUL/SET	OUT/DEZ
CADERNOS DE PESQUISA	1983	44*	45	46	47
	1984	48*	49*	50*	51*
	1985	52*	53*	54*	55*
	1986	56*	57*	58*	59*
	1987	60*	61	62*	63*
	1988	64*	65	66	67*
	1989	68	69	70	71*
	1990	72	73*	74	75
	1991	76*	77	78*	79*
	1992	80*	81	82*	83*
	1993	84*	85	86*	87*

TÍTULO DA REVISTA	ANOS	JAN/ABR	MAR/AGO	SET/DEZ
EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	1983	14	15	16
	1984	17	18	19
	1985	20	21	22
	1986	23	24	25
	1987	26*	27	28*
	1988	29	30	31
	1989	32	33	34
	1990	35	36*	37
	1991	38	39	40
	1992	41	42	43*
	1993	44	45	46

* Volumes com artigos.

Anexo II

TÍTULO DA REVISTA	ANOS	SEM PERIODICIDADE	
REVISTA DA ANDE	1983	6	
	1984	7	8
	1985	9	
	1986	10	
	1987	11*	12
	1988	13	
	1989	14*	
	1990	15	16
	1991	17	
	1992	18	
	1993	19	

TÍTULO DA REVISTA	ANOS	JAN/JUN	JUL/DEZ
CADERNOS DO CED	1983		
	1984	*	
	1985		6*
	1986	7	8
	1987	9*	10
	1988	11	12*
	1989	13	14*
	1990	15*	16
	1991	17	18
	1992	19	20
	1993	21	22

* Volumes com artigos

Anexo III

TÍTULO DA REVISTA	ANOS	JAN/JUN	JUL/DEZ
PERSPECTIVA	1983	1	
	1984	2*	3
	1985	4	5*
	1986	6	7
	1987	8	9*
	1988	10	11
	1989	12	13
	1990	14	15*
	1991	16*	
	1992	17*	
	1993	18	

TÍTULO DA REVISTA	ANOS	SEM PERIODICIDADE			
IDÉIAS	1983				
	1984				
	1985				
	1986				
	1987				
	1988	1	2*	3	4
	1989	5	6	7*	8
	1990	9	10*		
	1991	11			
	1992	12	13	14*	15
	1993	16	17	18	

* Volumes com artigos.

Anexo IV

TÍTULO DA REVISTA	ANOS	SEM PERIODICIDADE				
CADERNO CEDES	1983	8				
	1984	9*	10*	11	12	13
	1985	14	15			
	1986	16	17			
	1987	18				
	1988	19	20	21	22	
	1989	23				
	1990	24				
	1991	25				
	1992	26	27	28*		
	1993	29	30	31	32*	33

* Volumes com artigos.